

BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (coords.). 2002. *Trânsitos Coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/ Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. 422 pp.

Lorenzo Macagno
UFPR

Trânsitos coloniais reúne dezesseis artigos que resultaram de uma série de encontros realizados entre antropólogos e historiadores nos finais da década de 1990, no Brasil e em Portugal. Um dos momentos decisivos e, portanto, o principal antecedente que possibilitou a concretização deste livro foi o seminário “Tensões Coloniais e Reconfigurações Pós-Coloniais: Diálogos Críticos Luso-Brasileiros”, organizado em 1999, na Arrábida, por Cristiana Bastos, Miguel Vale de Almeida e Bela Felman-Bianco. O presente volume é testemunha marcante do notável desenvolvimento, nos últimos anos, do diálogo intelectual entre cientistas sociais de ambos os países.

Devido à riqueza do conteúdo, à variedade das abordagens e à heterogeneidade das temáticas, o livro não reclama, necessariamente, uma leitura linear. Ao contrário, estes “diálogos críticos” são suscetíveis de serem lidos de forma entrecruzada, respeitando a autonomia relativa de cada um dos ensaios.

O volume divide-se em quatro seções: 1) *Lusofonias Críticas*; 2) *Poder e Margens*; 3) *Ideologia e etnicidade*; 4) *Trânsitos e tráficos*.

A primeira seção reúne três capítulos intitulados: *O Atlântico Pardo. Antropologia, pós-colonialismo e o caso “lusófono”* (cap. I); *Tigres de papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa* (cap. II) e *Tensões e legados coloniais no cinema* (cap. III), elaborados por Miguel Vale de Almeida, Omar Ribeiro Thomaz e Ana Maria Galano Linhart, respectivamente. O primeiro capítulo aborda, com originalidade, o ultracitado debate sobre pós-colonialismo. Seu autor, Miguel Vale de Almeida, possui o mérito de chamar a atenção para as inconsistências e lugares comuns do debate pós-colonial no âmbito das reflexões “anglo-saxônicas”. Depois de assinalar as ambigüidades do próprio termo pós-colonial, aceita a possibilidade de que esta noção tenha alguma utilidade somente sob a condição de que os chamados estudos pós-coloniais possam ser “reinseridos

na mais antiga tradição antropológica – aquela que presta atenção à versão dos outros sobre as suas vidas” (:27). Colocando-se a possibilidade de um “pós-colonialismo em português”, Miguel Vale de Almeida defende que “uma análise antropológica do pós-colonialismo português terá de aceitar a especificidade de sua experiência colonial, mas deverá recusar noções de excepcionalismo culturalista, libertando-se do lusotropicalismo como interpretação de senso comum enraizada no imperialismo do século XIX” (:33).

Esse mesmo lusotropicalismo é, precisamente, matéria de reflexão do capítulo seguinte, no qual Omar Ribeiro Thomaz elabora, com detalhe, as implicações e conseqüências da “operação lusotropicalista”, ou seja, do processo de apropriação do pensamento de Gilberto Freyre por parte de um novo discurso colonial que começa a se tecer a partir da segunda metade da década de 1950 e se consolida no início dos 1960. No final do capítulo, o autor adverte acerca dos equívocos analíticos e dos perigos políticos abertos pelo projeto de uma suposta Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que não avalie, criticamente, as raízes ideológicas sobre as quais este projeto pretende se apoiar. Porquanto os riscos veiculados pela retórica da CPLP nascem do fato de se postular uma existência – mais imaginária do que real – de um “mundo português” de características mais ou menos singulares, homogêneas e irreduzíveis.

No último capítulo desta primeira parte, Ana Maria Galano aborda os conflitos entre colonizador e colonizado e as indagações contemporâneas sobre identidades pós-coloniais de uma forma específica: através das múltiplas interpretações e intenções provindas das narrativas de três filmes: *Os Inconfidentes* (1972), de Joaquim Pedro de Andrade; *Mueda-Memória e Massacre* (1976), de Ruy Guerra; e *O fio da Memória* (1992), de Eduardo Coutinho. O denominador comum entre os dois primeiros passa pelo fato de que se trata, em ambos os casos, de lutas anti-coloniais e, ao mesmo tempo, de produtos culturais oriundos de fortes pressões e controle do Estado sobre a produção cinematográfica. O anexo que a autora agrega ao final é, neste sentido, revelador. As polêmicas geradas pela projeção do filme moçambicano *Mueda-Memória e Massacre* e os comentários – elaborados por João de Pina Cabral – contribuem na produção de uma interpretação polifônica dos fatos que desencadearam a matança de moçambicanos por parte das tropas militares portuguesas. Considerando que o filme de Ruy Guerra foi elaborado no apogeu do entusiasmo anti-português e independentista, essa polifonia de interpretações coloca entre parênteses a visão “oficial” e, ao mesmo tempo, sublinha a “inadmissível” falsa inocência do filme. Trata-se, em última instância, de uma matéria-prima de reflexão privilegiada que sublinha, por sua vez, outros questionamentos recentes da história de Moçambique, quando a voz do Partido-Estado FRELIMO necessitou elaborar uma contra-história colonial em termos binários e excludentes.

A segunda seção do livro – *Poder e margens* – compõe-se de cinco capítulos. O primeiro deles inaugura-se com um instigante ensaio de João de Pina Cabral intitulado *Galvão na Terra dos Canibais: a constituição emocional do poder colonial* (cap. IV). Focado na fascinante figura de Henrique Galvão e, mais especificamente, em seus escritos de antropólogo aficionado, o ensaio mostra o processo de invenção de um subalterno colonial, cujo produto final é

uma visão extremamente fantasmagórica baseada na categorização do indígena enquanto “canibal”. Através desta categoria acusatória contra os subalternos, operava uma validação das atitudes repressivas do poder colonial. Dito de outra forma, as “confissões” públicas de canibalismo confirmavam os terrores dos administradores coloniais e eram usadas, por sua vez, como evidências em processos jurídicos que desembocavam na deportação de inúmeras pessoas para os trabalhos forçados em São Tomé. São precisamente estas “compatibilidades equívocas” as que terminavam reforçando a estrutura emocional do colonialismo e autorizando um conjunto de práticas e ações concretas.

No capítulo V – o segundo da seção dois – Nuno Porto detém-se sobre o Museu do Dundo, criado pela Companhia de Diamantes de Angola. Evocando uma citação de René Pélissier (:122), o autor nos faz recordar que “a Diamang conseguiu montar de raiz o melhor museu de arte africana do mundo português. O prestígio que dele recolhe transcende as suas atividades comerciais. Num edifício imenso e austero, os organizadores juntaram todos os elementos da vida material e espiritual do povo para cujas terras vieram trabalhar”. O Museu do Dundo, na análise do autor, converte-se em uma poderosa evidência de que as análises de inspiração “astrofísica”, ou seja, aquelas segundo as quais as colônias gavitam em torno das respectivas metrópoles é, em si mesma, inconsistente. Isto, pelo menos, é o que desprende-se do caso português, onde a associação mecânica Museu/Império é, de antemão, problemática. Com efeito, o descentramento fica evidenciado pelo fato de que não foi, precisamente, a “colônia”, senão um enclave particular concessionado à Diamang – Companhia de Diamantes de Angola que leva adiante o projeto do Museu. Uma “etnografia” do livro de visitas é, neste sentido, reveladora. Assim, tal como Nuno Porto ironiza, “visto do Museu do Dundo, o terceiro império é demasiado remoto e quase sempre desnecessário. Quando os seus agentes aparecem, é de visita”. As companhias comerciais funcionando como um Estado dentro de outro consubstanciam a “tensão entre arquivo e fantasia na imaginação do terceiro Império Português”.

O descentramento da relação binária centro/periferia é também problematizado no capítulo seguinte (cap. VI). Cristiana Bastos analisa as narrativas de identidade que envolveram a famosa Escola Médica de Goa, fundada em meados do século XIX. Devido à importância que foi adquirindo como fornecedora de médicos para o resto das colônias, a Escola assume as características de uma espécie de “centro subalterno”. As narrativas que se teceram sobre esta instituição percorrem os mais diversos tópicos e “mitos” de origem: a recorrência de mencionar-se a Escola como a mais antiga da Ásia; a justificativa, em determinado momento, de consolidar os estudos de medicina em Goa como forma de colaborar, também, com a tarefa colonizadora, ou seja, a prestação de serviços médicos aos administradores e europeus nos trópicos; a narrativa heróica e laudatória em relação aos médicos egressos da Escola de Goa que, em terras inóspitas e a partir do ultramar, sacrificar-se-iam para servir à nação; o discurso catastrofista – frente aos problemas de manutenção e possível fechamento da Escola – que haveria gerado uma série de cartas, relatórios e pedidos de seus responsáveis para chamar a atenção das autoridades coloniais na Metrópole; o processo de subalternização da carreira de medicina de Goa aos médicos formados em Lisboa

como sintoma dos próprios processos de hierarquização do colonialismo português. Estas múltiplas narrativas apresentam, por sua vez, a problemática do surgimento de uma importante elite crioula – os médicos egressos da Escola – suas ambigüidades, dilemas e paradoxos em relação à própria “ideologia colonial”. A partir deste ponto, Cristiana Bastos propõe um modelo interpretativo da organização colonial portuguesa em termos de uma “hierarquia de subalternidades sucessivas”, de sorte que no campo da saúde, Lisboa, como o “centro fraco”, interage com as colônias, fazendo da Índia o lugar de delegação por excelência, o *pivot* para o resto do império, distribuindo médicos pelas outras colônias, tal como Cabo Verde distribuiu, mais tarde, funcionários administrativos.

Antonio Carlos de Sousa Lima avalia, no capítulo VII, as diferentes vertentes teóricas que, no campo da antropologia, analisaram os processos de formação do Estado e a “colonização interna” no Brasil, de modo a mostrar como, na formação dos quadros de uma parte da atual administração colonial brasileira, denominada indigenista, podem ser encontradas distintas tradições de conhecimento.

A seção encerra-se com um artigo de Flávio dos Santos Gomes (cap. VIII), baseado em fontes arquivistas sobre uma área de fronteira, no final do século XVIII, entre os domínios coloniais da América portuguesa – Capitania do Grão Pará – e da França – Guiana Francesa. As fontes mostram as mais variadas estratégias e rotas de fugas de comunidades de escravos que, vivendo do lado português, continuavam comerciando, trabalhando e relacionando-se com a parte francesa.

A terceira seção – *Ideologia e Etnicidade* – compõe-se de três capítulos: *Linguagem, Domínio Senhorial e Identidade Étnica nas Minas Gerais de Meados do Século XVIII* (cap. IX), de Sílvia Hunold Lara; *Raças de Gigantes: mestiçagem e mitografia no Brasil e na Índia portuguesa* (cap. X), de John M. Monteiro; e *A Singularidade Germânica e o Nacionalismo Brasileiro: ambigüidade e alotropia na idéia de nação* (cap. XI), de Giralda Seyferth.

Linguagem e dominação se entrecruzam neste artigo de Sílvia Lara sobre escravidão nas Minas Gerais do século XVIII. Através da análise de uma série de documentos da época, o trabalho mostra que as diferenças étnicas entre os grupos recrutados para a mineração do ouro nunca deixaram de ser notadas pelos contemporâneos.

Raça de Gigantes, de John Monteiro, evidencia os paradoxos e “mitografias” do lusotropicalismo, desta vez, a partir do outro lado do Império: Goa. O autor busca estabelecer uma comparação entre a experiência brasileira e a goesa, à luz dos trabalhos de Ellis Jr. e Germano Correa. Ao mesmo tempo, a análise pormenorizada das idéias deste último sobre a história dos lusodescendentes da Índia revela uma divergência, apenas aparente, às teses de Gilberto Freyre. Através da leitura do artigo de John Monteiro é possível subscrever que, apesar do distanciamento prudente em relação às teses arianistas de Germano Correa, Gilberto Freyre não se subtraiu, completamente, a um racismo *sui generis*.

A questão da “miscigenação”, desta vez na formação nacional brasileira, volta a ser colocada em uma agenda de pesquisa através do trabalho de Giralda Seyferth sobre a imigração alemã no Sul do Brasil. As características que a presença alemã adquiriu chegaram a ser motivo de debates na imprensa da época. A construção do “perigo

alemão” opera a partir da tensão entre o ideário assimilacionista do *jus solis* frente às tendências etnicistas – algumas mais extremas do que outras – da comunidade alemã, cujos porta-vozes, em determinados momentos, veiculavam os paradigmas primordialistas do “*volk*” alemão. A tensão adquiriu um de seus traços mais extremos devido ao processo de nacionalização empreendido pelo Estado Novo, a partir de 1937, fato que resultou, dentre outros, no fechamento de escolas mantidas pela comunidade alemã no Sul do Brasil.

Cinco são os capítulos que fecham a quarta e última seção, *Trânsitos e Tráficos*. Jill Dias, em *Novas Identidades Africanas em Angola no Contexto do Comércio Atlântico* (cap. XII), ajuda-nos a pensar o processo de construção de identidades em Angola, considerando as dinâmicas comerciais. A autora sugere que, em termos globais, o tráfico de escravos transatlântico constituiu uma força de coesão entre as duas sociedades, a europeia e a africana, até a ocupação colonial militar do território angolano depois de 1900. Dos três casos identitários abordados, os “Ambakistas” têm um espaço central, já que vieram a constituir uma das correntes negras do nacionalismo Mbundu representado pelo Movimento para a Libertação de Angola (MPLA), fundado em 1956 – o qual está, ainda hoje, representado entre as elites angolanas da capital e do *hinterland*.

João Fragoso e Manolo Florentino mostram em *A comunidade dos Mercadores do Rio de Janeiro e o Mercado Atlântico Português* (cap. XIII), através de uma fina análise de fontes do Arquivo do Rio de Janeiro que, na passagem do século XVIII para o XIX, os recursos obtidos pelo capital mercantil da praça carioca viabilizaram as redes mercantis atlânticas, a expansão da economia colonial e, em última instância, a perpetuação do projeto imperial.

Gladys Sabina Ribeiro, em seu artigo *Redefinindo os Conflitos Antilusitanos na Corte do Rio de Janeiro do Primeiro Reinado e do Início da Regência: a liberdade e a construção de uma identidade nacional* (cap. XIV), expõe as tensões e disputas pelo poder político que perpassaram o processo de separação de Brasil e Portugal e suas relações com a construção da nacionalidade brasileira no contexto da ambígua independência do Brasil, proclamada em 1822.

Robert Rowland, em *A Cultura Brasileira e os Portugueses* (cap. XV), detém-se na construção de estereótipos nacionais despreciativos. O autor mostra que o estereótipo, construído no Brasil, do português enquanto um “ignorante”, um “burro” é, apesar do que se pensa, relativamente recente. Entre as duas guerras mundiais, a imagem mais comum em relação ao imigrante português era a de “avaro”. Somente o contexto de uma sociedade industrial e competitiva, como será a São Paulo de meados do século XX, dará lugar à imagem folclórica do português “burro” veiculada através das piadas sobre portugueses.

Finalmente, Bela Feldman-Bianco, no capítulo intitulado *Entre a “fortaleza” da Europa e os laços afetivos da “irmandade” luso-brasileira: um drama familiar em um só ato* (cap. XVI), examina os incidentes diplomáticos que ocorreram no início de 1993, entre Brasil e Portugal, quando brasileiros de um nível econômico mais baixo, juntamente com cidadãos originários dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) começaram a ser

interceptados nos aeroportos portugueses pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. No contexto dos dilemas nascidos da integração de Portugal à Comunidade Econômica Européia, foi surgindo a necessidade de reconverter a relação de Portugal com suas ex-colônias e, ao mesmo tempo, a necessidade de se posicionar em relação à presença de cidadãos do PALOP no território português, conforme os novos padrões migratórios impostos a toda a Comunidade Européia. Neste caso, a autora sugere que a acomodação dos conflitos diplomáticos e as mobilizações dos imigrantes dos países de expressão oficial portuguesa, baseados na ancestralidade compartilhada e no comum uso da língua portuguesa, ajudaram na afirmação hegemônica de uma ideologia portuguesa conciliatória calcada em reconfigurações imperiais. O trabalho ilustra como, no contexto da crescente produção de diferenças entre brasileiros e portugueses baseadas na reelaboração de antigos estereótipos, os conflitos cresceram, transformando-se em um “drama familiar”. Curiosamente, a minimização destes conflitos foi acompanhada de uma retórica oficial “multicultural” que era, no fundo, uma reciclagem dos velhos princípios lusotropicalistas da plasticidade e da convivência de culturas ao longo de todo o “mundo português”.

O leitor encontrará, neste livro, uma amostragem das preocupações teóricas e empíricas, cujo denominador comum reside, para além da busca de “diálogos críticos”, na compartilhada sensibilidade para captar debates “lusófonos” contemporâneos sob novas luzes. Problemáticas que se referem à identidade, ao pós-colonialismo, ao lusotropicalismo, à multiculturalidade, à relação colonizador/colonizado, à historicidade e ao Império são retomadas não sob o espectro dos lugares comuns que, até o momento, parecem ter marcado tais discussões, senão sob a rubrica da criatividade interpretativa e da riqueza teórica. Ademais, se em função das exigências expositivas elegemos apresentar as contribuições sob a forma de um mosaico mais ou menos estabelecido, tal mosaico constitui, apenas, uma aparência sobre a qual não devemos nos fiar demasiado. Para além dessa aparência estão os múltiplos diálogos entrecruzados – cuja metáfora mais adequada seria, não tanto a do mosaico, senão a de um caleidoscópio – realizados por este grupo de historiadores e antropólogos ao longo de sucessivas *reuniões* entre 1998 e 1999. Neste caso, o livro é uma espécie de ponta de um *iceberg* de discussões e debates efetivamente ocorridos que, devido às suas características, escapam à simples exigência formal de uma compilação. Neste sentido, os “diálogos críticos luso-brasileiros” continuam se reatualizando em encontros, reuniões e congressos, os quais acolhem pesquisadores residentes em ambos os lados do Atlântico.

N.E.: Esta resenha foi inicialmente publicada em francês na revista *Lusotopie* volume 2004 (abril 2005), dossiê “Médias, pouvoirs et identités”.

Lorenzo Macagno é doutor em Ciências Humanas pelo PPGAS/IFCS da Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná.